



**Município de Montes Claros-MG**  
**PROCURADORIA-GERAL**

PROJETO DE LEI Nº 21, DE 21 DE MARÇO DE 2022.



**DISPÕE SOBRE A INSTITUIÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO E DO CONSELHO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

Os cidadãos do Município de Montes Claros/MG, por seus legítimos representantes na Câmara Municipal, aprovaram e o Prefeito Municipal, em seu nome e no uso de suas atribuições, sanciona a seguinte Lei:

**Art. 1º.** Fica criado o Fundo Municipal de Saneamento Básico – FMSB, instrumento de captação, repasse e aplicação de recursos destinados a propiciar suporte financeiro para a implantação, manutenção e desenvolvimento de planos, programas, projetos e ações relacionadas às políticas públicas voltadas para garantia do saneamento básico no Município de Montes Claros.

**Art. 2º.** Os recursos do Fundo Municipal de Saneamento Básico – FMSB serão aplicados em:

I – intervenções em áreas de influência ou ocupadas predominantemente por população de baixa renda, visando à regularização urbanística e fundiária de assentamentos precários e de parcelamentos do solo irregulares, a fim de viabilizar o acesso dos ocupantes aos serviços de saneamento básico;

II – ampliação e manutenção do sistema de drenagem e manejo de águas pluviais urbanas;

III – ampliação e manutenção dos serviços de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos;

IV – drenagem, contenção de encostas e eliminação de riscos de deslizamentos;

V – controle da ocupação das encostas, fundos de vale, talwegues e áreas de preservação permanente ao longo dos cursos e espelhos d'água;

VI – recuperação e melhoramento da malha viária danificada em razão de obras de saneamento básico;

VII – estudos e projeto de saneamento;

VIII – ações de educação ambiental em relação ao saneamento básico;

IX – ações de reciclagem e reutilização de resíduos sólidos, inclusive por meio de associação ou cooperativas de catadores de materiais recicláveis;

X – desapropriação de áreas para implantação das ações de responsabilidade do Fundo;

XI – desenvolvimento de sistema de informação em saneamento básico.

**Art. 3º.** Constituem receitas do Fundo Municipal de Saneamento Básico;

I – as receitas a ele destinadas pela Concessionária dos serviços de água e esgotamento sanitário, nos termos do contrato de programa celebrado junto ao Município;

II – as dotações orçamentárias a ele especificamente destinadas, a critério do Chefe do Poder Executivo Municipal;

III – os créditos adicionais a ele destinados, a critério do Chefe do Poder Executivo Municipal;

IV – recursos oriundos de multas aplicadas pela Agência Municipal de Água, Saneamento Básico e Energia de Montes Claros – AMASBE;

V – as dotações, reembolsos, legados ou subvenções de pessoas físicas ou jurídicas de direito público ou privado, nacionais ou internacionais;

VI – os rendimentos obtidos com a aplicação de seu próprio patrimônio;

VII – outras receitas eventuais.

**Art. 4º.** O Fundo Municipal de Saneamento Básico será administrado pelo Conselho Municipal de Saneamento Básico – CMSB, instituído pela presente Lei, como um órgão colegiado, paritário, consultivo, deliberativo e fiscalizador das questões que afetam o Saneamento Básico, em conformidade com art. 47 da Lei Federal nº 11.445/2007 e com a seguinte composição:

I – um representante da Secretária Municipal de Infraestrutura e Planejamento Urbano;

II – um representante da Agência Municipal de Água, Saneamento Básico e Energia de Montes Claros – AMASBE;

III – um representante da Secretária Municipal de Serviços Urbanos;

IV – um representante da Secretária Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável;

V – um representante da Procuradoria-Geral;

VI – um representante do órgão municipal de defesa e proteção do consumidor – PROCON;

VII – um representante da Câmara Municipal;

VIII – um representante do Ministério Público do Estado de Minas Gerais.

**§1º.** A organização, funcionamento e competência do Conselho deverão constar de seu Regimento Interno, instituído e aprovado por meio de Decreto do Chefe do Executivo.

**§2º.** O suporte técnico e administrativo necessário ao funcionamento do conselho será prestado pela Secretaria Municipal de Infraestrutura e Planejamento Urbano, cujo representante será o presidente do Conselho.

**§3º.** Os membros do Conselho não receberão qualquer remuneração pelo exercício de suas funções, sendo considerado para todos os efeitos, serviço de relevante interesse público.

**§4º.** A participação do representante do Ministério Público no Conselho dar-se-á na condição de membro convidado, com direito a voz e sem direito a voto, nos termos da decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal na Ação Direta de Inconstitucionalidade de n.º 3.463/RJ.

**§5º.** A participação do Poder Legislativo no CODEMA dar-se-á na condição de membro convidado, com direito a voz e sem direito a voto, considerando o que dispõe a decisão proferida pelo Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, nas Ações Diretas de Inconstitucionalidade, autuadas sob o



registro de n.º 1.0000.14.023185-3/000 e 1.0000.20.047871-7/000.

**Art. 5º.** Compete, ainda, ao Conselho Municipal de Saneamento Básico:

I – estabelecer e fiscalizar a política de aplicação dos recursos do FMSB, observadas as diretrizes básicas e prioritárias da política e do plano municipal, relativas aos serviços de saneamento básico;

II – elaborar o Plano Orçamentário e de Aplicação dos recursos do FMSB, em consonância com a Lei de Diretrizes Orçamentárias;

III – aprovar demonstrações mensais de receitas e despesas e as contas anuais do FMSB;

IV – participar ativamente da elaboração e execução da Política Municipal de Saneamento;

V – participar, opinar e deliberar sobre a elaboração e execução dos planos diretores de abastecimento de água, drenagem, esgotamento sanitário, limpeza urbana e resíduos sólidos do Município de Montes Claros-MG;

VI – deliberar sobre propostas de projetos de Lei e programa de saneamento básico;

VII – promover a Conferência Municipal de Saneamento Básico, no mínimo, a cada dois anos;

VIII – estabelecer normas, procedimentos e condições operacionais do Fundo;

IX – aprovação de seu regimento interno.

**Art. 6º.** Os recursos do Fundo serão depositados, obrigatoriamente, em conta-corrente específica, de instituição bancária oficial, conforme orientações da Secretaria Municipal de Finanças.

**§1º.** Os ativos e bens adquiridos com recursos financeiros do Fundo integrarão o patrimônio do Município de Montes Claros.

**§2º.** A contabilidade do Fundo obedecerá as normas da contabilidade do Município de Montes Claros e todos os relatórios gerados para a sua gestão passarão a integrar a contabilidade geral do Município.

**§3º.** O saldo positivo, apurado ao final do exercício, será transferido para o exercício seguinte.

**§4º.** A aplicação dos recursos do Fundo obedecerá a cronograma previamente aprovado pelo Conselho Municipal de Saneamento Básico – CMSB, mediante a apresentação de projetos, na forma que dispuser o seu Regimento Interno, analisadas a legalidade, a conveniência e oportunidade da Administração Pública.

**Art. 7º.** Ficam revogadas as disposições em contrário.

**Art. 8º.** Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

Montes Claros (MG), 21 de março de 2022.

  
**Humberto Guimarães Souto**  
**Prefeito de Montes Claros**

  
**Otávio Batista Rocha Machado**  
**Procurador-Geral**